



Crítica e engajamento

Rachel Thomas

► To cite this version:

Rachel Thomas. Crítica e engajamento: Posturas de apreensão sensível da cidade contemporânea. Redobra, 2012, 10, p. 207-216. halshs-00750924

HAL Id: halshs-00750924

<https://shs.hal.science/halshs-00750924>

Submitted on 12 Nov 2012

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

TUMULTO



Rachel Thomas*

Crítica e engajamento **Posturas de apreensão sensível** **da cidade contemporânea¹**

Como apreender a cidade contemporânea? Quais metodologias utilizar? Em qual filiação teórica e segundo quais noções conceituais ancorar esta apreensão? O tema é ambicioso. Ele também é bastante vasto, muito complexo e oferece de fato múltiplas pistas de reflexão. Eu escolherei três que não são nem dogmas, nem uma metodologia a se seguir às cegas, mas sobretudo caminhos de pensamento a compartilhar. O primeiro diz respeito a necessidade hoje de construir e de desenvolver uma crítica sensível do urbano e de suas evoluções no século XXI. Tendo como base um questionamento mais amplo, sobre a ressurgimento de estigmas higienistas na cidade contemporânea, o primeiro caminho consiste em se questionar sobre a possibilidade de uma crítica do urbano a partir da noção de ambiência, e a delimitar as condições e as posturas que esta crítica solicita. A segunda pista de reflexão diz respeito ao engajamento do pesquisador no trabalho de campo e no processo de pesquisa colaborativo com diferentes equipes internacionais. Neste caso, trata-se de defender uma ética da pesquisa a partir do sensível que – além das considerações acadêmicas sobre a objetividade necessária do pesquisador – coloca em questão sua posição intermediária e solicita um engajamento carnal. E por fim, o terceiro caminho de pensamento

* *socióloga, pesquisadora do Laboratório CNRS CRESSON / Grenoble-França*

tradução: Paola Berenstein Jacques

proposto deve dar conta do difícil trabalho de tradução (de palavras, de ideias, de métodos, de análises...) e de disponibilização em comum – ou mais precisamente de partilha – que exige toda pesquisa que mistura mundos disciplinares e culturais plurais.

Estas linhas de trabalho, exigentes, às vezes problemáticas, se configuram em pesquisas recentes que questionam, de maneira polêmica, as tendências atuais de assepsia, apaziguamento e pacificação das ambiências pedestres contemporâneas.² Se estes questionamentos são testemunhas de uma certa maturidade do campo das ambiências arquitetônicas e urbanas, elas reenviam também a uma dimensão até agora pouco explicitada do sensível e pouco trabalhada pela teoria das ambiências arquitetônicas e urbanas:³ a sua dimensão política, entendida aqui em sua acepção mais ampla, como dependente da *polis*, quer dizer da organização da sociedade urbana, das práticas e da vida coletiva na cidade. (ARENDT, 1958) Em que precisamente a noção de ambiência abriria um caminho para uma leitura política das sociedades urbanas e dos espaços públicos do século XXI? Qual crítica ela autorizaria das formas de experiência e de partilha de ambiências?

ESTIGMAS HIGIENISTAS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA?

As preocupações ambientais em curso no século XXI,⁴ se elas afetam largamente as políticas públicas urbanas, modificaram consideravelmente no passado recente o planejamento das mobilidades e o *design*⁵ das ambiências. Da hegemonia do carro, passamos assim, em menos de 20 anos, a um retorno de interesse pelos modos de transporte ditos “doces” (andar a pé, de bicicleta, alguns transportes coletivos...), que consomem pouco espaço e energia, e em consequência assistimos à re-emergência de uma ilustre figura da vida urbana: o

pedestre.⁶ São numerosas as prefeituras que, através da formalização de planos de deslocamentos urbanos (Plans de Déplacements Urbains – PDU),⁷ promovem o andar à pé para aumentar a qualidade de vida na cidade e melhorar a saúde de seus cidadãos. Na Europa, e mais precisamente no continente norte-americano, este entusiasmo pelo andar a pé se traduz por uma utilização de novos princípios de planejamento que podemos nos perguntar se estes não estariam hoje na origem de novas estéticas urbanas. Várias tendências, amplamente difundidas, podem ser rapidamente descritas.

A primeira diz respeito ao alisamento dos solos urbanos e a especialização separatória de zonas de circulação. Em nome do princípio da cidade acessível para todos, os solos urbanos tendem na verdade a ser sistematicamente nivelados no mesmo plano e todos as saliências, inclinações ou obstáculos são eliminados para facilitar o deslocamento de pessoas com deficiência motora ou mobilidade reduzida (em situação de deficiência motora, idosos com dificuldades para andar, grávidas, pessoas que precisam de andadores etc.). Além disso, e com a finalidade de favorecer seu escoamento, os diferentes fluxos de deslocamento (pedestres, bicicletas, transporte público, veículos a motor) são agora sistematicamente separados em diferentes corredores de circulação fechados e isolados por barreiras. Ao contrário, onde o escoamento do tráfego de automóveis não é mais uma prioridade, os fluxos são diluídos em chamadas “zonas de encontros”⁸ ou ainda regulados pela implementação de mecanismos de desaceleração.

Por outro lado, a atenção dada pelos políticos e urbanistas à limpeza e à segurança nos espaços públicos urbanos é cada vez mais importante. No campo da limpeza, as intervenções são essencialmente, no continente europeu e norte-americano, na luta contra a poluição visual

(pixações, anúncios publicitários, manchas de chicletes...) e olfativas (projeto de proibição do cigarro nos parques e praias de Nova Iorque, tratamento de esgotos, eliminação de excrementos caninos, odorização festiva de espaços públicos urbanos...). No campo da segurança, a utilização de dispositivos de vigilância nos espaços públicos se soma à implementação de uma iluminação urbana com objetivo securitário.

Por fim, a tendência atual à extensão do perímetro dos espaços pedestres se apoia geralmente nas operações de requalificação, revitalização ou embelezamento de espaços públicos urbanos, e algumas tendem para a sua patrimonialização. Assim, são muitos os bairros centrais ou ainda novos bairros periféricos que são “pedestrializados” que recorrem a cenografias urbanas do passado: supressão das calçadas para criar uma vala central para evocar o *caniveau* medieval, implantação de candelabros para lembrar os tempos dos *allumeurs de réverbère*, nova “roupagem” das ruas para se colocar um mobiliário urbano estilizado (lixeiras, bancos, postes...). São numerosos assim estes bairros e espaços no centro das cidades que se iluminam a noite e/ou se “naturalizam” (são colocados elementos aquáticos e vegetais, zonas de preservação e planos de floração...), pretendendo garantir ao pedestre uma paisagem de circulação apaziguada e também em dar aos espaços, se não uma identidade própria, uma etiqueta suplementar.

Em outros lugares, e principalmente no continente sul americano, “o retorno e a circulação com enunciados higienistas midiatizam o projeto urbano”. (RIVIERE D'ARC, 2010) Do “fachadismo” ao “patrimonialismo” se somam a expulsão das populações mais pobres cuja aparência e estilo de vida, são sistematicamente relacionados à sujeira e aos distúrbios, que parecem incompatíveis com as políticas de embelezamento das cidades.

A DIMENSÃO POLÍTICA E CRÍTICA DA NOÇÃO DE AMBIÊNCIA

Estes movimentos não são novos. A cidade do século XIX, e depois a do século XX, em uma formidável conquista territorial e de salubridade pública, foram também ditadas por imperativos de planejamento dos fluxos circulatórios.⁹ A diferença hoje com estas evoluções históricas da cidade é que elas são mundializadas, nos seus aspectos sensíveis, sociais e físicos. Na verdade, pelo mundo todo, e independentemente das particularidades de cada lugar, de cada cultura de habitar e de planejar, o alisamento da cidade – compreendido tanto como a eliminação das asperezas, homogeneização dos cenários urbanos, pacificação da vida pública e neutralização das particularidades culturais – se generaliza. (SENNETT, 2002)

Os trabalhos de Simmel (1903), e mais tarde as crônicas de Kracauer (1921) assim como os ensaios de Benjamin (1939), descrevem de forma escrupulosa essas transformações no cotidiano, atualizando a emergência de novos estilos de vida, revelando as modulações por vezes ínfimas das sensibilidades urbanas de uma época. Mas, se este interesse pelas formas fenomenológicas e as expressões sensíveis da modernidade alimenta em cada um deles uma sociologia dos sentidos, ele constitui também uma maneira de pensar e de debater os custos e as vantagens destas transformações. Mais do que uma crítica encantatória da modernidade, estes trabalhos abrem uma via de questionamento ponderado, mais sem concessões, do futuro do urbano.

Nosso trabalho se inscreve na linhagem dessas teses. Ele se questiona sobre as condições de possibilidade da experiência sensível da cidade e dos modos de existência da partilha das ambiências. Trata-se de questionar os processos (sociais, culturais, históricos...) em curso na constituição

e na partilha de um mundo sensível comum. Em que as ambiências participam da partilha do sensível? Que apreendemos da ambiência quando ela é posta à prova em uma diversidade de contextos culturais e de evolução das formas de vida social? Estas questões deveriam permitir tratar do alcance político da noção de ambiência. Ao mesmo tempo, este trabalho deve abarcar os processos pelos quais esta experiência sensível se incorpora no cotidiano urbano. Se uma perspectiva de trabalho assim se pretende descritiva e apreende os fenômenos na escala do corpo em movimento, ela não é por isso acrítica. A descrição das evoluções das formas sensíveis da vida urbana permite na verdade “levantar o véu” (FOSSIER; MANICKI, 2007) sobre as potencialidades e os obstáculos ao desenvolvimento da *polis*: ela mostra as formas pelas quais as transformações urbanas alteram os rituais do cotidiano, permitindo ou dificultando certas formas de vida urbana (as formas de movimento, de permanência, de interações...), reconfiguram os tipos e as modalidades de partilha das ambiências. Estas pistas de pesquisa, em articulando o sensível ao político (RANCIERE, 2000), os tratando de uma posição desviante ou radical (BOLTANSKI, 2009), se colocam também na contramão dos olhares passadistas ou moralistas sobre a evolução do urbano. Uma vez que ela ganha forma precisamente a partir de um estudo empírico e a partir de uma atenção aos pequenos arranjos humanos, ela se libera também de uma visão nostálgica da cidade e das críticas dualistas, presentes a cada crise urbana, a cada mudança ideológica, a da transformação das condições de percepção. Mais do que denunciar patologias da cidade ou de elogiar seus charmes, os trabalhos se questionam mais sobre as variações de natureza induzidas, na experiência urbana ordinária, por essas evoluções. Assim, eles revelam, esclarecem, colocam em debate o que está em jogo (em termos sociais, éticos, políticos, ambientais...) nessas

transformações. Deslocando os olhares da escala microsociológica para a escala urbana, eles situam as problemáticas no centro das questões de sociedade e das controvérsias sobre o espaço público urbano.

Assim, trata-se também de mostrar que o apoio concedido à estas formas de lentidão na cidade (DUMONT; VON DER MÜHLL, 2007; MILLER, 2010), se inscritas no espaço e modificando as práticas urbanas, transforma também a ordem moral e social e veicula implicitamente propostas de mudança para novos modelos de urbanidade. Na Europa e na América do Norte, os modelos da cidade asséptica ou apaziguada nos levam a repensar também a ressurgência de formas de higienismo moral. (KOKOREFF, 1991; MATTHEY; WALTHER, 2005; SECHET, 2006) Embelezada, desobstuída, ecológica, a “cidade asséptica” seria virtuosa do ponto de vista da “saúde ambiental”: ao “encantar” e limpar o cotidiano do pedestre, ela evacuarias as tensões da vida urbana e garantiria um tempo de fuga na cidade. Abrandada, verde, sem conflitos, a cidade apaziguada garantiria a convivialidade e a hospitalidade: planejada a partir de projetos de demonstração da vida pública e de amenidades próprias a um “viver juntos melhor”, ela participaria da harmonia da comunidade urbana. Nos países emergentes (e sobretudo no Brasil), as políticas ditas de “pacificação” partem do mesmo princípio: a intervenção urbana e a manipulação de ambiências ao serviço da coesão e da paz social. Ordenada, vigiada, segura, a “cidade pacificada” asseguraria a tranquilidade dos cidadãos e a proteção do bem comum. Mais do que objetivos ligados a “saúde ambiental” ou de convivência, ela revelaria uma forma de proteção da sociedade urbana. Mas essas três ideias de planejamento, que muitas vezes coexistem, afetam tanto as maneiras de estar, de fazer, de se mover quanto a própria natureza do espaço público como lugar de aparecimento e de convívio com o Outro. Deste ponto de vista, uma

crítica sensível do urbano coloca em questão a eficácia destas ideias de planejamento em termos de experiência urbana e de partilha das ambiências. (THOMAS, 2011) As ideologias de segurança pública ou de encantamento dos lugares, na base dos modelos de cidade pacificada ou asséptica, são assim questionadas do ponto de vista dos modos de coexistência que elas subentendem: formas de estar, de fazer, de se mover entre, mais do que formas de viver juntos? Ao mesmo tempo, ela se questiona sobre a natureza e o alcance do espaço público contemporâneo, particularmente a partir do modelo da cidade apaziguada: no século XXI, o que será que o espaço público urbano permite de ser, fazer, partilhar? Quais são os valores que ele veicula? Quais ideias de *polis* e do mundo sensível ele desenvolve? Ela procura também iluminar os paradoxos, as ambivalências, que acompanham essas mutações dos modelos urbanos. À quais incertezas e ambiguidades ela faz confrontar o cidadão?

O ENGAJAMENTO CORPORAL DO PESQUISADOR

Uma tal perspectiva de pesquisa, uma vez que ela trata de questões atuais e levanta controvérsias, necessita de um questionamento de posturas metodológicas. Ao contrário desta posição de poder dos intelectuais esclarecidos que, ela própria, garantiria a justiça e a imparcialidade da ciência, uma crítica sensível do urbano impõe um enraizamento profundo no trabalho de campo. Mais precisamente, ela torna necessária um engajamento no mundo do Outro e uma porosidade de suas maneiras de fazer, de sentir, de aparecer, de se mexer... Precisamente, ela defende uma pesquisa incarnada (THOMAS, 2007) que, longe de toda forma de objetivação do sensível, requer um engajamento corporal e afetivo. Porque a prática do trabalho de campo supõe uma presença no mundo do Outro e um encontro com o Outro, porque o exercício da crítica emana “o que eu sou” e “o que me afeta”, o desaparecimento do pesquisador

como sujeito aparece claramente improvável e impensável num trabalho que parte do sensível. Sem colocar em questão a posição necessária do “entre-eles” dos cientistas, a pesquisa incarnada exige uma aptidão à empatia, à desestabilização de seus postulados, ao questionamento de suas ferramentas de pesquisa empírica. Trata-se, dizendo de outra forma, não de observar, de descrever e de analisar a vida urbana “do alto”; mais sobretudo de se interessar pela vida urbana que está acontecendo, a partir de um ponto de vista de imersão. Esta arte da implicação, que é também aquela da fragilidade e da falibilidade, obriga a questionamentos, a desaprendizados. Ela conduz às vezes a experiências perturbadoras, estranhas (no sentido simmeliano do termo), desestabilizantes.¹⁰ Mas a cada vez, trata-se claramente de se colocar em “uma prática fenomenológica daquilo que se está vivendo”. (DEPRAZ, 2004) Ancorado no movimento do mundo e na situação de observação, o pesquisador é assim obrigado a perturbar as suas formas de estar em campo, de “fazer um trabalho de campo” em equipe e de produzir coletivamente conhecimentos diretamente ligados ao real. Se esta ética do engajamento cria por vezes tensões e lentidões, se ela se dá a partir de tateamentos e de reposicionamentos contínuos, ela não pode, entretanto, ser acusada de subjetivismo. Estas vivências, uma vez que elas são tão repetidas até a saturação, em seguida elas são partilhadas e discutidas, recolocam em questão os pressupostos do pesquisador, obrigando o tempo todo a testar a solidez de seus argumentos, convidando sempre a se reposicionar em direção ao ponto de vista do Outro: pois finalmente

a produção do saber é indissociável do percurso in situ do pesquisador, de suas incursões corporais, de suas impregnações atmosféricas, de suas experiências sensíveis e de seus arranjos práticos, não implica que este se jogue na infinita profusão

de sensações de sua 'consciência corrente' ou na pintura impressionista e intuitiva de seu 'mundo vivido'. [...] O trabalho de campo depende do princípio ao fim da capacidade do pesquisador de se colocar no ponto de vista dos outros, em esgotar suas próprias reservas de experiência os elementos de compreensão de situações, de se instalar num 'entre-deux' de onde o processo de tradução recíproca entre os mundos se torna possível. (CEFAI, 2003)

Esta “prática fenomenológica daquilo que está se vivendo” o redefine como ser e recoloca em questão seus modos de apreensão e de compreensão do cotidiano. Mas é precisamente a partir deste deslocamento e deste desconforto do pensamento que um trabalho crítico do urbano, a partir da noção de ambiência, parece concebível.

Concretamente, esta atitude de engajamento ganha forma através de uma postura particular de apreensão e de restituição do trabalho de campo, que passa pelo corpo do pesquisador para apreender as formas sensíveis da vida urbana, pensar sua evolução e colocar em questão as condições atuais de seu desdobramento. Três tempos interativos se articulam neste protocolo de pesquisa: fazer corpo, ganhar corpo, dar corpo às ambiências urbanas.

Inspirado nos métodos de pesquisa etnográfica, o fazer corpo com as ambiências urbanas se baseia em uma epistemologia da impregnação. Praticamente, trata-se de prolongar um coletivo de pesquisadores, vindos de meios disciplinares diferentes (Sociologia, Dança e Arquitetura/Urbanismo) em campos (no Brasil e na França) que questionam o apaziguamento, a assepsia, a pacificação das ambiências pedestres. A impregnação se dá a partir de caminhadas urbanas coletivas de cerca de uma hora, repetidas em diferentes épocas, em oficinas, estudos pedagógicos ou de pesquisa e, para alguns pesquisadores implicados, em

temporadas prolongadas de 3 a 4 meses em cada um desses dois países.

A instrução dada aos diferentes protagonistas é de andar nos campos de pesquisa, de buscar seus limites, de fazer a imersão nas ambiências até se deixar “levar” por elas. Algumas dessas caminhadas são feitas em situação de deficiente visual e auditivo:¹¹ neste caso, a privação dos sentidos da visão e da audição, favorecendo os que os sociólogos do envelhecimento chama “a depreciação”, quer dizer um abandono progressivo do mundo e a renúncia às competências, acentua o movimento de mergulho nas ambiências. Se esta imersão sensorial resulta numa socialização mínima do trabalho de campo, ela desempenha essencialmente uma função de conhecimento: o corpo do pesquisador, como uma antena e afetado pelos diferentes estímulos sensoriais do ambiente, se torna um instrumento de captação e de inteligibilidade da vida urbana ordinária. A partir de experiências vividas em comum, e uma vez ultrapassado o exotismo da primeira impregnação, se constrói o que podemos chamar de uma “acuidade corporal compartilhada”: a presença nas ambiências reforça uma inteligência sensível no campo, um aprovisionamento do que já está lá, se produz e se modula a cada momento, uma iniciação ao que nós podemos ser e fazer juntos. Esta inteligência sensível serve de ligação entre eu, o outro e o ambiente. Ela engaja processos de acomodação, de adaptação, ao mesmo tempo que ela favorece os discernimentos. As imagens dos usuários, dos comportamentos ordinários, os códigos implícitos da auto-apresentação, a gestão da copresença, da ocupação e da regulação de um lugar se tornam decifráveis. Mas esta acuidade corporal implica sobretudo uma maneira de apreender e de problematizar de outra forma

o tema da pesquisa: ao longo das caminhadas e das trocas entre os diversos pesquisadores, os pontos de vista se afinam, autorizando um repouso das hipótese de trabalho em prol de outras, até então ignoradas ou postas de lado.

Paradoxalmente, a experiência do “fazer corpo com as ambiências urbanas”, ao aumentar a acuidade corporal do pesquisador, favorece também “o deixar de lado” e então a porosidade do mundo. Dizendo de outra forma, esta disponibilidade aos fenômenos sensíveis e aos Outros transformam progressivamente o estado corporal dos pesquisadores. Esta fase, que nós chamamos “ganhar corpo com as ambiências urbanas”, responde claramente a uma epistemologia da encarnação. A cada caminhada coletiva, os corpos interagem e trocam sem perceber suas maneiras de fazer, de aparecer, de sentir, de se mexer... próprios a um campo que é também um meio social, sensível e cultural. Esta plasticidade de corpos se manifesta de forma diferente de acordo com cada um: uma integração mais ou menos a vontade e rápida da língua, o aprendizado de uma necessária “desacessorização” em público, a escolha de uma boa maneira de andar, a adoção de gestos de saudação ou de chamamento ritualizados, a instalação de uma vigilância sonora e visual apropriada às circunstâncias, a necessidade de minimizar sua distância face ao outro... Aí ainda, a repetição de experiências em um longo prazo é essencial: cada caminhada e cada retorno ao campo constituem tanto um questionamento desta incorporação quanto as maneiras de penetrar no mundo sensível do Outro, de interceptar as mudanças no próprio corpo, de se perguntar sobre o que o alimenta e o desequilibra. Sistemáticamente, elas conduzem ao questionamento da familiaridade com o campo, ao embaralhamento das certezas adquiridas.

A PARTILHA DAS AMBIÊNCIAS

Neste contexto de trabalho, a ruptura com o campo só tem necessariamente sentido quando ela conduz em direção a formas de diálogo entre os pesquisadores implicados e favorece debates contraditórios entre seus diferentes modos de inteligibilidade do sensível. Dizendo de outra forma, o exercício da crítica, uma vez vindo de um engajamento no cotidiano, estimula a partilha das experiências, dos pontos de vista, das sensibilidades, das convicções. “A crítica não é mais este uso solitário e emancipador da razão [...] Ela só tem sentido em seus contextos coletivos, quer dizer, quando ela está enraizada numa partilha de convicções e gera uma ação coletiva”. (COSTE; FOSSIER, 2008) Ela convida e incita à expressão dos desejos comuns quanto ao futuro do urbano, a valorizar não somente “o que me afeta” mas “o que conta para nós no futuro”. Mas essa passagem do “eu” ao “nós”, se dá através do “dar corpo às ambiências urbanas” que nós tentamos instaurar.

Esta fase capital e delicada do trabalho, nós o fazemos de forma conjunta com a equipe do Laboratório Urbano da Universidade Federal da Bahia. Ela consiste por um lado de entrar nos processos de tradução (RICOEUR, 2004), de experiências e de sensibilidades, de outro lado criar as condições de um retorno reflexivo sobre elas e as bagagens tanto conceituais quanto culturais através das quais nós as abordaremos. Tanto um lado quanto o outro articulam cada uma de nossas investigações de campo e tomam diferentes formas: o retorno imediato da experiência, a participação nos coletivos de pesquisadores e de artistas, o encaminhamento de oficinas performativas,¹² a criação e a animação de jornais de bordo do trabalho de campo em um *blog*... Todas vão no sentido de emancipar os discursos já dados, autorizar uma voz livre e as vezes provocante, tornar públicas as contradições e dúvidas com as

quais cada um de nós somos confrontados. A cada vez, o exercício da crítica consiste não exatamente em criar formas de narração e de escrita que constituiriam as referências de pensamento ou de julgamento e que confeririam, senão um poder, uma autoridade àqueles e àquelas que as pronunciam. Este exercício teria como objetivo encontrar formas de narração, de expressão e de escrita suscetíveis de tecer as passarelas entre os diferentes mundos, de clarificar as questões societárias com as quais cada um deles se confrontam, de colocar questões ao mundo, de fazer pensar. Concretamente, trata-se de instituir entre os colegas e nós, sobre a base destes trabalhos, “uma comunidade crítica” (WALZER, 1995), suscetível de questionar um pensamento de reforma da sociedade urbana, que articula ao mesmo tempo os campos do sensível, do societário e do político. Além das maneiras de “fazer a crítica” à partir da noção de ambiência, essas práticas desenham uma linha de condução – nós nos arriscamos mesmo aqui a falar de ética da pesquisa a partir da noção de ambiência: aquela de uma necessária hospitalidade ao pensamento, ao olhar a às práticas do Outro; aquela igualmente de um diálogo crítico coletivo a construir sobre as transformações do mundo urbano contemporâneo e sobre o futuro de nossos espaços públicos. 

PIRVE do CNRS et que tinha como colaboradores duas equipes internacionais: o Centre Léa Roback da Universidade de Montréal no Canadá e o grupo de pesquisa Laboratório Urbano da Universidade Federal da Bahia (NdT: relatório da pesquisa disponível em <http://www.caminharnacidade.ufba.br>). Eles continuam atualmente dentro de um programa de pesquisa MUSE sobre “les énigmes sensibles des mobilités urbaines contemporaines”, financiado pela Agence Nationale de la Recherche, e com várias equipes colaboradoras internacionais: Cresson (CNRS UMR 1563 Ambiances Architecturales et Urbaines – ENSAG – França); Laboratório Urbano (Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia – Brasil); Instituto de Estudios Regionales y urbanos (Universidad Simon Bolivar, Caracas – Venezuela); Emerging securities, Biopolitics of securities research unit (Keele University - Inglaterra); Departament Anthropologia Social i cultural, Historia d'America i d'Africa (Universitat de Barcelona – Espanha); Centro de Estudos Africanos (Instituto Universitario de Lisboa – Portugal).

³ NdT: ver texto de Jean Paul Thibaud sobre a questão das ambiências urbanas na ReDObra 9, disponível no site da revista: <http://www.corpocidade.dan.ufba.br/redobra/ano3/>

⁴ Luta contra o aquecimento global e a poluição atmosférica, redução da produção de lixo e das emissões de gás tóxico, preservação de ecossistemas, proteção da biodiversidade na cidade...

⁵ NdT: em inglês no texto original.

⁶ Os recentes estudos do grupo de trabalho COST 358 Pedestrians' Quality Needs financiado pela Comissão Europeia, os trabalhos operacionais iniciados pela organização Project for Public Spaces nos EUA, assim como as reflexões desenvolvidas há alguns anos pelas conferências Walk21 (www.walk21.com) – e em particular a de 2009 em New York sobre o tema *More foot, less carbon* – testemunham da evolução de um pensamento sobre o andar na cidade nas discussões sobre o rearranjo das mobilidades urbanas contemporâneas.

⁷ Os PDU se tornaram obrigatórios, na França, a partir de 1996 pela lei sobre o ar e a utilização racional da energia.

⁸ A zona de encontros (*zone de rencontre*) é uma ferramenta, como a *zone 30* e as áreas pedestres, que visam um apaziguamento da circulação nas grandes aglomerações. Este novo espaço de circulação induz um sistema de prioridade para o pedestre, que é autorizado a andar na rua sem permanecer, e o limite de velocidade dos carros é de 20 km/h. Na França, esta *zone de rencontre* regida por um decreto 30 de julho de 2008.

⁹ Nestas épocas, o aspecto das vias de circulação (ruas, *boulevards*, avenidas...) muda: a calçada se generaliza, o solo das

Notas

¹ Este artigo retoma argumentos desenvolvidos no texto “Les perspectives critiques de la notion d’ambiance”, no prelo, actes du 2nd Congrès International sur les Ambiances, Montréal (Canada), setembro 2012. Ele prolonga também uma conferência feita no dia 27 de abril de 2012 durante o seminário público no encontro Corpocidade 3: “Engagement et critique: des postures d’appréhension sensibles de la ville contemporaine”, Mesa redonda: Apreensão da cidade contemporânea, Corpocidade 3, Salvador, Universidade Federal da Bahia.

² Estes trabalhos começaram em 2008, com a coordenação de uma pesquisa sobre *l’aseptisation des ambiances piétonnes au XXI^e siècle* (THOMAS et al., 2010), financiada pelo programa

vias se uniformisa com o uso do macadame e depois do asfalto (inventado em 1862).

¹⁰ Sobre esta questão, ler por exemplo: Thomas (2010). Ver em <http://www.ambiances.net/index.php/fr/editos/259-descorps-plastiques>.

¹¹ Estes protocolos de pesquisa foram experimentados duas vezes: em Grenoble, durante um *workshop* realizado em dezembro de 2009 durante a pesquisa PIRVE; em Salvador, Bahia, em julho de 2011, durante a pesquisa MUSE e em colaboração com o Ateller 5 da FAUFBA. Sobre esta experiência, ver: WAN-DALL JUNIOR, Osnildo Adão; PENA, João Soares (2012). Partilha e conflito no espaço público: experiências urbanas na cidade de Salvador. *Redobra*, v. 3, n. 9, p. 46-57. Disponível em: <<http://www.corpocidade.dan.ufba.br/redobra/ano3/>>.

¹² Estas oficinas fazem parte da platadorma Corpocidade, criada por nossos colegas brasileiros: <<http://www.corpocidade.dan.ufba.br/>>. No que diz respeito a edição 2012 do encontro Corpocidade, nós oferecemos a oficina "Fazer corpo, ganhar corpo, dar corpo às ambiências urbanas": <http://corpocidade3.wordpress.com/2012/04/23/confira-imagens-da-oficina-fazer-corpo-tomar-corpo-dar-corpo-as-ambiencias-urbanas/>.

ARENDDT, H. *La condition de l'homme moderne*. Paris: Calmann-Lévy, 1958.

BENJAMIN, W. *Paris, capitale du XIXe siècle. Le livre des passages*. Paris: Ed. du Cerf, 1989.

BOLTANSKI, L. *De la critique: précis de sociologie de l'émancipation*. Paris: Gallimard, 2009.

DUMONT, M.; VON DER MÜHLL, D. De la rue à la ville apaisée: l'éclairage comparée des expériences péri/suburbaines suisses et françaises. *Flux: la rue entre réseaux et territoires*, n. 66/67, p. 50-61, 2007.

CEFAÏ, D. *L'enquête de terrain*. Paris: Ed. La Découverte, 2003.

COSTE, F.; FOSSIER, A. Présent et futur de la critique. *Tracés. Revue de sciences humaines*, n. 8, 2008. Numéro especial. Disponível em: <<http://traces.revues.org/index2313.html>>

DEPRAZ, N. Le tournant pratique de la phénoménologie. *Revue philosophique de la France et de l'étranger*, v. 129, n. 2, p. 149-165, 2004.

FASSIN, D. Une science sociale critique peut-elle être utile? *Tracés. Revue de sciences humaines*, n. 9, 2009. Numéro especial. Disponível em: <<http://traces.revues.org/4465>>

FOSSIER, A.; MANICKI, A. Où en est la critique? *Tracés. Revue de sciences humaines*, n. 13, 2007. Disponível em: <<http://traces.revues.org/306>>.

FRUTEAU DE LACLOS, F. Les voies de l'instauration: Souriau chez les contemporains. *Critique*, n. 775, 2011. Disponível em: <http://www.cairn.info/resume.php?ID_ARTICLE=CRITI_775_0931>.

KOKOREFF, M. La propreté du métropolitain. Vers un ordre post-hygiéniste? *Annales de la recherche urbaine*, 53, p. 92-102, 1991.

KRACAUER, S. *Le voyage et la danse*. Laval: Ed. de la Maison des Sciences de l'Homme: Les Presses de l'Université de Laval, 1995.

LAPLANTINE, F. *De tout petits liens*. Paris: Les Mille et une nuits, 2003.

MATTHEY, L.; WALTHER, O. Un nouvel hygiénisme? Le bruit, l'odeur et l'émergence d'une new middle class. *Articulo, Journal of Urban Research*, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://articulo.revues.org/931>>. Acesso em: 10 out. 2011.

MILLER, A. *Slow Motion: stories about walking*. New York: Jacana, 2010.

RANCIERE, J. *Le partage du sensible*. Esthétique et politique. Paris: Ed. La Fabrique, 2000.

RICOEUR, P. *Sur la traduction*. Paris: Bayard, 2004.

RIVIERE D'ARC, H. Le retour et la circulation des énoncés hygiénistes comme médiateurs du projet urbain: de São Paulo à d'autres métropoles. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates. 2010. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/index58835.html>>.

SECHET, R. Le populaire et la saleté: de l'hygiénisme au nettoyage au karcher. In: BULOT, T.; VESCHAMBRE, V. (Org.). *Mots, traces et marques*. Paris: L'Harmattan, 2006. p. 205-228.

SENNETT, R. *La chair et la pierre. Le corps et la ville dans la civilisation occidentale*. Paris: Ed. de la Passion, 2002.

SIMMEL, G. *Les grandes villes et la vie de l'esprit*. Paris: Ed. de l'Herne, 2007.

THOMAS, R. Les métropoles européennes en marche. *Métropolitiques*. 2011. Disponível em: <<http://www.metropolitiques.eu/Les-metropoles-europeennes-en.html>>.

THOMAS, R. Dé(s)cor(p)s plastiques = Plastic Body(s). *Ambiances.net*, n. 40, 2010. Disponível em: <<http://www.ambiances.net/index.php/fr/editions/259-descorps-plastiques>>.

THOMAS, R. et al. *L'aseptisation des ambiances piétonnes au XXI^e siècle. Entre passivité et plasticité des corps en marche*. Grenoble (France), Salvador (Brésil), Montréal (Canada), PIRVE CNRS MEEDDM, Rapport de recherche n. 78, 2010, Cresson.

THOMAS, R. *La ville charnelle in Cosmopolitiques: esthétique et espace public*. n. 15, 2007. Disponível em: <<http://cosmopolitiques.phpnet.org/pages/node/173>>.

WALZER, M. *La critique sociale au XX^e siècle*. Paris: Métailié, 1995.

WAN-DALL, O.; PENA, J. Partilha e conflito no espaço público: experiências urbanas na cidade de Salvador. *Redobra*, ano 3, n. 9, p. 46-57, 2012.